

Estudo Técnico Preliminar 9/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 35014.022869/2023-35

2. Objetivos

2.1. O presente documento tem por objetivo realizar o planejamento para contratação dos serviços de locação de veículos, de forma contínua e por demanda, com e sem cessão de motorista devidamente habilitado, com ou sem dedicação exclusiva, para transporte de passageiros e/ou materiais para atender as demandas das Gerências Executivas em Cascavel, Curitiba, Londrina, Maringá, e Ponta Grossa, no estado do Paraná e Caxias do Sul, Ijuí, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria e Uruguaiana, no estado do Rio Grande do Sul, vinculadas à Superintendência Regional Sul do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

2.2. Foi realizado o Pregão Eletrônico 39/2022 (Processo 35014.463861/2022-44) para atendimento da mesma demanda, porém os grupos a que estas Unidades pertenciam foram fracassados.

2.3. Este Estudo Preliminar tem como fundamento legal o art. 3º, XI, do Decreto n. 10.024/2019 e visa assegurar a viabilidade técnica da contratação e levantar os elementos essenciais para embasar o Termo de Referência, conforme previsto na Lei 8.666/1993, art. 6º, inciso IX.

2.4. O objeto desta contratação se enquadra na classificação de SERVIÇOS COMUNS e deverá ser realizada por meio da modalidade licitatória pregão eletrônico, de acordo com os objetivos estratégicos e diretivas corporativas do Instituto, tendo em vista o encerramento das atuais contratações determinada pelo Parecer de Força Executória nº 00139/2022/EATE-NAP/ER-ADM-PRF4/PGF/AGU (9459142), que determinou que a vigência do contrato firmado entre o INSS e a empresa **D.E REBOUÇAS EIRELI**, deveria encerrar-se em 02/12/2022 (SEI - 9459142), prorrogado para 06/02/2023 (SEI - 9792024) e novamente prorrogado para 16/03/2023 (SEI - 10493290).

2.5. Estes serviços são caracterizados como contínuos, conforme precisa dicção do Art. 15 da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

3. Descrição da necessidade

3.1. O presente estudo foi elaborado em conformidade com as necessidades informadas no Documento de Formalização da Demanda, utilizando como parâmetro os contratos anteriormente firmados por outros órgãos da Administração e da própria SRSUL, com objetivo de terceirização dos serviços de locação de veículos, com e sem motorista, e com motorista por demanda, sob pena de inviabilizar a missão institucional da Autarquia, que é a prestação dos serviços previdenciários à população.

3.2. Ressalte-se que a forma como os serviços vem sendo prestados em outros órgãos públicos, conforme Editais, Termos de Referência, Contratos, Atas de Pregão Eletrônico e também especificamente na contratação centralizada da SRSUL formalizada recentemente (contrato nº. 11/2022, Processo 35014.325603/2021-80), atendem igualmente as necessidades deste Instituto, demonstrando, dessa forma, a viabilidade técnica e econômica da solução pretendida, que atualmente é a mais utilizada pelos órgãos públicos, dentre as disponíveis no mercado, mostrando-se, assim, como uma solução viável.

3.3. De acordo com o Documento de Formalização da Demanda, os serviços de locação de veículos com e sem motorista visam oferecer serviço de transporte ágil e eficiente, auxiliando de forma indireta todas as atividades do INSS que necessitem de locomoção de pessoas, processos e materiais em geral; e em virtude da redução sistemática de servidores na categoria de “Motorista” e a não contratação oficial de recursos humanos nessa área específica.

3.4. A contratação visa suprir a lacuna deixada pela Medida Provisória nº 1.606-20/1998, convertida na Lei nº 9.632/1998, que dispõem sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, dentre eles os relacionados aos serviços em questão.

3.5. Cabe pontuar que atualmente a maioria das Gerências Executivas vinculadas à SRSUL não possui em seu quadro nenhum servidor ativo ocupante do cargo de motorista.

3.6. Para as gerências que não contam com motoristas no quadro, a opção pelo direcionamento do reduzido efetivo para suprir a carência destes profissionais, ao invés da terceirização do serviço, teria por consequência imediata desfalcas as atividades que estes vêm desempenhando na instituição – já tão comprometida pela defasagem de seu quadro técnico – além de ensejar pouca efetividade na prestação dos serviços, dada a idade avançada da maioria aliada à insuficiência do efetivo para cobertura de todas as unidades.

3.7. O serviço a ser contratado se enquadra na classificação de SERVIÇOS COMUNS, cujos padrões de desempenho e qualidade estão definidos por meio de especificações usuais do mercado (art. 1º, § único da Lei 10.520, de 17.07.2002, art. 3º, § 2º do Anexo I do Decreto nº 3.555, de 08.08.2000 e art. 3º, II do Decreto 10.024, de 20.09.2019).

3.8. Ademais, o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, uniformizou (em seu art. 2º) as regras já praticadas pelos gestores de compras e determinou quais serviços não podem ser terceirizados no Governo Federal, autorizando o Ministro de Estado da Economia, conforme redação conferida pelo Decreto nº 10.183/2019, a estabelecer os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta mediante contratação, o qual, por sua vez, regulamentou a referida norma por meio da Portaria nº 443 / MPDG de 27/12/2018. A atividade em questão está prevista no art. 1º, XXVIII da referida Portaria.

3.9. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, conforme estabelece o inciso IV do art. 7º e o § 4º do art. 8º do Decreto nº 9.507/2018 e arts. 4º e 5º da IN/SEGES/MP nº 05/2017.

3.10. As situações relatadas podem representar um impacto direto na qualidade e na continuidade do atendimento prestado aos cidadãos nas Agências da Previdência Social, bem como no funcionamento das unidades administrativas do Instituto, ocasionando perda de produtividade, insatisfação de servidores e cidadãos e, conseqüentemente, prejuízos à imagem institucional.

3.11. Nesse sentido, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos apresenta-se como uma alternativa viável, oferecendo diversas vantagens técnicas e econômicas, dentre as quais se destacam:

- a) Será exercida por empresa especializada devidamente habilitada pelos órgãos de controle e fiscalização da atividade e com utilização de mão de obra com dedicação exclusiva detentora de formação profissional específica (para a maioria dos itens);
- b) Atende aos requisitos de segurança estabelecidos em relação ao transporte de pessoas e materiais;
- c) Utiliza rotinas e define perfil de mão de obra, que possibilitam maior eficiência;
- d) Não implicará em custos com contratação, treinamento e administração de mão de obra;
- e) Os padrões aqui definidos, que contam com especificações usuais no mercado, permitirão a permanente mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados;
- f) Os parâmetros definidos para o objeto da licitação e para a prestação dos serviços possibilitam obter preço compatível com a finalidade estabelecida;
- g) O Contrato terá natureza contínua e em virtude do fracasso da licitação anterior (Pregão 39 /2022) será licitado em 04 (quatro) grupos, 02 (dois) para cada estado, pois em pesquisa junto às possíveis empresas fornecedoras, verificou-se que dessa forma amplia-se a competitividade, permitindo que empresas menores possam participar do processo licitatório. A gestão do Contrato será centralizada pela SRSUL, pois após a extinção das UASGs as Gerências Executivas não são mais unidades contratantes.
- h) A modalidade de Pregão na forma Eletrônica, por ser realizada à distância, confere ao procedimento maior transparência e impessoalidade e aumenta a possibilidade de obter menor preço.

3.12. Acresce-se, às justificativas ora mencionadas, a necessidade de atendimento das demandas apresentadas pela Área Requisitante.

3.13. O serviço de locação de veículos no âmbito da Superintendência Regional Sul atualmente é prestado da seguinte forma:

GEX	PROCESSO	CONTRATO	SITUAÇÃO
Centralizado 1 (Londrina, Maringá, Florianópolis, Chapecó, Criciúma, Joinville , Caxias do Sul, Ijuí, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria e Uruguaiana)	35014.325603/2021-80	11/2022	Será encerrado por Decisão Judicial em 16/03/2023
Centralizado 2 (Blumenau, Canoas, Novo Hamburgo)	35014.104196/2022-50	102/2022	Vence em 21/11/2023, mas pode ser prorrogado até 21/11/2027
Centralizado 3 (Florianópolis, Chapecó, Criciúma, Joinville)	35014.463861/2022-44		Aguardando assinatura do contrato
Ponta Grossa	35198.000019/2017-27	02/2017	Está em prorrogação excepcional até 06/03/2023
Cascavel	35187.000452/2017-91	49/2018	Vigente até 30/03/2023, poderá ser prorrogado até setembro de 2023.

Curitiba e Passo Fundo		Sem contrato
------------------------	--	--------------

3.14. Na presente contratação serão contempladas as unidades que atualmente são atendidas pelo contrato centralizado 11/2022 (exceto Florianópolis, Chapecó, Criciúma, Joinville, que fazem parte do contrato centralizado 3) e ainda as gerências que possuem contratos individuais que já se encontram próximos do prazo limite de prorrogação (60 meses) ou em prorrogação excepcional, ou sem contrato. As unidades que serão contempladas nesta contratação, serão: GEX Cascavel, Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa, no Paraná e GEX Caxias do Sul, Ijuí, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria e Uruguaiana, no Rio Grande do Sul.

3.15. Nos contratos individuais das GEX, as contratações foram planejadas antes da pandemia de COVID 19, e os parâmetros atendiam satisfatoriamente a necessidade das Unidades, carecendo, nesse momento, apenas de alguns ajustes nos quantitativos para o melhor balizamento entre os postulados da eficiência e da economicidade. Já no contrato centralizado as quantidades foram definidas com base na projeção de utilização informada por cada Gerência Executiva.

3.16. A equipe de planejamento efetuou o levantamento do atual consumo dos contratos existentes de modo a ajustar os quantitativos a serem contratados com a real necessidade de cada unidade. Tal levantamento foi juntado no Anexo 1 do presente ETP.

3.17 Já se pode afirmar, a priori, a viabilidade técnica e econômica da solução pretendida, que é reconhecidamente a mais utilizada pelos órgãos públicos e pelas maiores instituições privadas do país, dentre as disponíveis no mercado.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COFL - SRSUL	Antônio Marcos Ribeiro

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. Requisitos Legais

5.1.1. Leis Federais

- Lei nº 8.666/1993: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- Lei nº 10.520/2002: Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- Lei Complementar nº 123/2006: Institui o Estatuto Nacional da Micro Empresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências;
- Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997: Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

5.1.2. Decretos

- Decreto nº 9.507/2018: Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
- Decreto nº 3.555/2000: Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

- Decreto nº 10.024/2019: Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.
- Decreto nº 8.538/2015: Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.

5.1.3. Instruções Normativas

- Instrução Normativa SLTI/MP nº 05/2017: Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não;
- Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- Instrução Normativa SEGES/MPOG nº 03/2018: Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal.

OBS: Considera-se a legislação consolidada com as respectivas alterações subsequentes.

5.1.4. Portaria

- A pretensa terceirização está amparada pela Portaria 443, de 27 de dezembro de 2018.

5.2. Descrição dos serviços

5.2.1. A contratação pretendida tem como objeto a prestação de serviços de locação de veículos, de segunda a sexta-feira, a serem executados na região de abrangência da Superintendência Regional Sul, ou seja, nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

5.2.2. Os serviços a serem contratados possuem natureza continuada, de modo que sua interrupção pode comprometer as atividades da Administração e sua necessidade deve se estender por mais de um exercício financeiro.

5.2.3. O treinamento e administração de mão de obra não implicarão em custos adicionais com a contratação.

5.2.4. As funções dos empregados relacionados à prestação do serviço descrito estão enquadradas no Código Brasileiro de Ocupações – CBO sob o número 7823 (Motoristas de veículos de pequeno e médio portes).

5.2.5. Os serviços serão executados pela contratada obedecendo ao disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017 e demais normas legais e regulamentares pertinentes.

5.2.6. O prazo para execução do futuro contrato será de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, limitado a sessenta meses, contados a partir da assinatura do contrato. O contrato poderá ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, de acordo com o contido no artigo 57, § 4º, da Lei nº 8.666/1993.

5.3. Requisitos da contratada

5.3.1. Os serviços serão prestados por empresa que atenda aos seguintes requisitos:

a) Seja devidamente habilitada pelos órgãos de controle e fiscalização da atividade e com utilização de mão de obra detentora de formação profissional específica com dedicação exclusiva;

- b) Utilize rotinas e defina perfil de mão de obra, para os postos de serviço, que possibilitem maior eficiência do efetivo utilizado no desenvolvimento de ações preventivas que incluem o uso de equipamentos auxiliares à execução dos serviços;
- c) Que utilize pessoal e equipamentos adequados ao ambiente das Unidades, de forma a refletir resultados produtivos e melhoria no atendimento prestado à sociedade;
- d) Que ofereça proposta que atenda aos parâmetros definidos para o objeto da licitação e apresente preço compatível com a finalidade estabelecida;
- f) Que efetue a contratação dos profissionais de forma regular, obedecendo à legislação trabalhista e previdenciária vigente, bem como os acordos, convenções ou dissídios coletivos das categorias profissionais.

5.3.2. Nos termos do Art. 235-B da CLT (Decreto-Lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943), no exercício da profissão, o motorista deve observar os seguintes deveres:

- I - estar atento às condições de segurança do veículo (Incluída pela Lei nº 12.619, de 2012);
- II - conduzir o veículo com perícia, prudência, zelo e com observância aos princípios de direção defensiva (Incluída pela Lei nº 12.619, de 2012);
- III - respeitar a legislação de trânsito e, em especial, as normas relativas ao tempo de direção e de descanso controlado e registrado na forma do previsto no art. 67-E da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro (Redação dada pela Lei nº 13.103, de 2015);
- IV - zelar pela carga transportada e pelo veículo (Incluída pela Lei nº 12.619, de 2012);
- V - colocar-se à disposição dos órgãos públicos de fiscalização na via pública (Incluída pela Lei nº 12.619, de 2012);
- VI - (VETADO);
- VII - submeter-se a exames toxicológicos com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias e a programa de controle de uso de droga e de bebida alcoólica, instituído pelo empregador, com sua ampla ciência, pelo menos uma vez a cada 2 (dois) anos e 6 (seis) meses, podendo ser utilizado para esse fim o exame obrigatório previsto na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, desde que realizado nos últimos 60 (sessenta) dias (Redação dada pela Lei nº 13.103, de 2015).

Parágrafo único. A recusa do empregado em submeter-se ao teste ou ao programa de controle de uso de droga e de bebida alcoólica previstos no inciso VII será considerada infração disciplinar, passível de penalização nos termos da lei (Redação dada pela Lei nº 13.103, de 2015).

5.3.3. Dos consumíveis

5.3.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades adequadas, tais como: combustíveis, lubrificantes, pneus, uniforme completo, e demais insumos, os quais deverão ser de boa qualidade e observar as recomendações aceitas pelas boas práticas, pelas normas e pela legislação vigente.

5.3.5. O combustível será fornecido conforme a demanda decorrente dos deslocamentos demandados pelo Contratante e o disposto no Termo de Referência e Contrato.

5.3.6. A previsão de quilometragem máxima para cada veículo estará informada na Planilha Estimativa de Custos.

5.3.7. Serão considerados custos fixos do Contrato os custos fixos do Motorista e custos do veículo tais como: depreciação, licenciamento anual, seguro obrigatório, IPVA, seguro do Veículo e lavagem.

5.3.8. Serão considerados custos variáveis do contrato os custos com manutenção, revisão, óleo e filtro do motor e pneus. Os custos variáveis serão pagos por quilômetro rodado conforme a Proposta da Licitante.

5.3.9. O custo de combustível também será pago conforme a quilometragem, pela média de preços da Agência Nacional do Petróleo, conforme regras a serem estabelecidas no Termo de Referência.

5.3.10. Custos de pernoites, alimentação e horas extras serão pagos, conforme demanda, pelos valores fixados na Proposta da contratada.

5.3.11. A troca de lubrificantes, bem como os pneus, devem ser realizadas conforme o determinado pelos fabricantes dos veículos objeto da contratação, na forma estabelecida no manual do veículo.

5.3.12. Os uniformes devem ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças de acordo com o clima da região, sem qualquer repasse de custos para o empregado.

5.3.13. Os uniformes, compostos de camisa social, calça social e crachá de identificação, serão fornecidos para todas os funcionários da empresa envolvidos no processo, com base nas especificações do termo de referência e nos quantitativos mínimos estabelecidos em CCT e na Planilha de Custos.

5.3.14. Os insumos relacionados e quantificados nos itens acima são exemplificativos para constituição da estimativa de custos e, portanto, poderá ser necessária maior quantidade, estando a empresa obrigada a suprir a falta destes, caso seja preciso.

5.3.15. Os valores dos insumos e uniformes, que constarão da planilha estimativa de custo e formação de preços, foram estabelecidos mediante ampla pesquisa de preços realizada no mercado através de consulta à fornecedores na internet, um dos parâmetros da IN/SEGES nº 73 /2020, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preço para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, cujos cálculos deverão obedecer as seguintes fórmulas:

a) para uniformes – somatório da multiplicação da quantidade anual e do preço, dividido por 12 (doze) meses.

5.3.16. Os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso, devendo ser substituídos em até vinte e quatro horas quando danificados. Os equipamentos elétricos deverão ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica.

5.3.17. A empresa deverá fornecer EPI (Equipamento de Proteção Individual) a seus funcionários de acordo com a legislação vigente, notadamente, observando fielmente as recomendações das autoridades competentes quanto à proteção contra o Coronavírus, enquanto permanecerem vigentes.

5.4. Veículos

5.4.1. Os veículos objeto da contratação deverão observar as especificações constantes do Termo de Referência.

5.4.3. Os custos pela disponibilização dos veículos de passeio deverão ser estimados, no que tange à depreciação, para o período de 60 (sessenta) meses (20% ao ano), conforme Anexo III da IN RFB nº 1.700 de 14 de março de 2017.

5.4.4. Os custos fixos pela disponibilização do furgão deverão ser estimados por diária (de até 24h) e contemplar os custos da disponibilização do veículo (depreciação), licenciamento anual, seguro, tributos, lucro e remuneração de motorista (exceto os custos eventuais de horas extras, pernoite e alimentação em deslocamento).

5.5. Vigência da Contratação

5.5.1. O Contrato firmado terá duração de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura ou de data posterior a ser fixada no Contrato, podendo ter sua vigência prorrogada por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para Administração, mediante Termo Aditivo, na forma prevista no do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

5.5.2. O prazo a que se refere o parágrafo anterior poderá, excepcionalmente, desde que devidamente justificado e autorizado pela autoridade superior, ser prorrogado por até 12 (doze) meses, na forma estabelecida no artigo 57, VI, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

5.6. Aferição dos resultados

5.6.1. Considerando os instrumentos disponíveis no momento, será utilizado formulário a ser preenchido facultativamente pelo usuário do serviço após o final do deslocamento, que serão questionados pontos como limpeza geral do veículo e seu funcionamento regular (ar-condicionado, faróis, entre outros itens neste sentido); comportamento do motorista colaborador (se respeita as regras de trânsito, se está embriagado, entre outros), entre outras questões pertinentes.

5.6.2. Para a adoção deste instrumento, além de um servidor designado, é necessário que o INSS dê ciência e solicite aos usuários dos serviços de locação de veículos (servidores, colaboradores) que preencham o formulário, que deverá ser disponibilizado a todos os usuários dos serviços.

5.7. Requisitos de Manutenção

5.7.1. Os requisitos de manutenção e assistência técnica dos veículos necessários à prestação dos serviços serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, devendo esta manter em perfeito estado de conservação todos os equipamentos e materiais, inclusive aqueles fornecidos pelo contratante, quando for o caso.

5.8. Requisitos de Segurança

5.8.1. Os funcionários da contratada deverão adequar-se às regras de segurança, de circulação e de identificação do INSS, bem como à legislação pertinente, a exemplo das normas de Segurança no Trabalho e de Trânsito.

5.8.2. Todos os funcionários da contratada envolvidos na presente contratação deverão observar a Política de Segurança da Informação do INSS, no que couber.

5.9. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

5.9.1. Durante a execução de tarefas no ambiente do INSS, os funcionários da contratada deverão observar, no trato com os servidores e o público em geral, a urbanidade e os bons costumes de comportamento, tais como: pontualidade, cooperação, respeito mútuo, discrição e zelo com o patrimônio público.

5.9.2. A empresa a ser contratada será responsável pela destinação ambientalmente correta para todos os recipientes dos suprimentos, peças e materiais utilizados, obedecendo à legislação e orientações relativas ao compromisso com o meio ambiente.

5.10. Requisitos de projeto e de implementação

5.10.1. Todos os equipamentos e materiais necessários à prestação dos serviços deverão atender plenamente ou superar as especificações técnicas estabelecidas.

5.11. Requisitos de experiência profissional

5.11.1. A CONTRATADA deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, técnicos profissionais devidamente habilitados, rigorosamente preparados e com experiência na prestação dos serviços que se pretende contratar, a qual ficará, para todos os efeitos legais e administrativos, responsável perante o CONTRATANTE e terceiros, pelos atos e omissões por eles praticados no desempenho de suas funções, sendo a CONTRATADA responsável pela reciclagem e atualização, quando for o caso.

5.11.2. Requisitos mínimos dos motoristas de veículos de pequeno e médio porte:

- a) os motoristas contratados deverão possuir, no mínimo, carteira nacional de Habilitação (CNH) na categoria condizente com o veículo que irão conduzir;
- b) tempo mínimo de 1 (ano) ano de experiência na respectiva categoria, devidamente comprovada na CTPS;
- c) os motoristas deverão possuir curso de primeiros socorros, direção defensiva e relações humanas ou serem matriculados em tais cursos imediatamente à assinatura do contrato, sendo obrigatória, nesse caso, a apresentação dos certificados de conclusão no prazo de 60 dias, estabelecido no instrumento convocatório;
- d) atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às atividades a serem desempenhadas;
- e) ter conhecimento da região geográfica em que vai atuar;
- f) Desembaraço e boas maneiras no trato com o público interno e externo.

5.12. Requisitos de metodologia de trabalho

5.12.1. Os empregados da contratada atenderão às demandas de trabalho por meio do fiel cumprimento do futuro contrato a ser firmado.

5.13. Requisitos de segurança da informação

5.13.1. Todos os funcionários da contratada envolvidos na presente contratação deverão observar a Política de Segurança da Informação do INSS.

5.14. Disposições finais quanto aos Requisitos da Contratação

5.14.1. Portanto, fica claro que o objeto da contratação deve ser atendido por uma empresa que detenha os requisitos mínimos descritos, e que forneça, além da mão de obra, uniformes e equipamentos adequados à execução dos trabalhos. O mercado fornecedor de serviços de locação de veículos é bem consolidado nos Estados envolvidos, afastando possível restrição de competitividade.

5.14.2. O Planejamento Centralizado da contratação permite a obtenção de ganho de escala, uma vez que os licitantes já fornecem as propostas e lances com a dimensão da contratação como um todo, permitindo a diluição de custos fixos, por exemplo.

5.14.3. Com relação a natureza do serviço e características, cabe destacar que o objeto é de natureza continuada, pela sua essencialidade e visando atender a necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, garantindo a integridade do patrimônio público e o funcionamento da unidade.

5.14.4. Por fim, cabe realçar que o fato de ser classificado como serviço comum, onde técnicas e métodos não precisam ser necessariamente seguidos para manutenção da qualidade e do funcionamento do serviço, não há necessidade da contratada promover transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia ou técnicas. Outro ponto relevante é que a prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e SRSUL, sendo vedada qualquer relação de subordinação direta, conforme dispõe o art. 5º da IN nº 05/2017 (SEGES-MPDG).

6. Levantamento de Mercado

6.1. A presente demanda deverá ser atendida através da contratação de empresa especializada em prestação de serviço de locação de veículos com motorista e sem motorista (sedan e furgão), tendo em vista que tal solução já é praticada ao longo dos últimos anos e atende perfeitamente as necessidades do setor requisitante.

6.2. Dito isso, passa-se às providências necessárias para garantir que, quando da contratação de serviços de locação de veículos com e sem motorista, reste comprovado que a solução eleita é aquela que efetivamente atende à demanda do INSS ao menor custo, a partir de uma comparação com os demais modelos existentes no mercado.

6.3. Assim, optou-se por quantificar o preço de custo através dos custos da disponibilização dos veículos, manutenção, combustíveis, lubrificantes, pneus, salários e encargos sociais dos motoristas, seguros, licenciamento etc. e as despesas administrativas/operacionais, lucro e tributos incidentes, por ser esta a modalidade mais precisa para efeito de aferição do valor a ser desembolsado pela Administração.

6.4. Convém salientar que a planilha de formação de preços será composta de três partes:

- Preço fixo: será composto pelos insumos diversos (custo da disponibilização do veículo, licenciamento anual, seguro, tributos, lucro, remuneração de motorista (quando contratado);
- Demais custos variáveis relacionados ao veículo: será composto pela demanda de lubrificantes, manutenção, pneus, conforme quilometragem percorrida e valor por km ofertado na Proposta da Contratada. Este item também contempla o combustível que será pago conforme regras a serem estabelecidas no Termo de Referência por quilômetro rodado e pelo valor médio da cidade sede na ANP e o custo do pedágio (valor a ser ressarcido ao contratado conforme utilização);
- Demais custos variáveis relacionados ao motorista: pernoites e alimentações, pelo valor ofertado na Proposta da Licitante, conforme demandado.

6.5. O valor a ser pago mensalmente à contratada será mensurado conforme a real utilização durante a competência, sempre respeitando os limites de quilometragens e de pernoites estabelecidos.

6.6. Com relação ao Taxi Gov:

- Taxi Gov RS: Processo SEI 35014.272839/2021-14 - não houve contratação pois a IRP foi registrada com UASGs que posteriormente foram extintas e o fornecedor não aceitou "Carona".
- Taxi Gov PR: Processo SEI 35014.292000/2021-94 - o contrato encerrou em 01/12/2022 e não foi prorrogado.
- Taxi Gov SC: Processo SEI 35014.106932/2021-23 - o contrato encerrou em 24/05/2022, não tendo sido prorrogado por ausência de manifestação da Contratada.

6.7. A fim de verificar a existência de mercado fornecedor, foi realizada pesquisa através do Comprasnet com os últimos pregões realizados para os serviços de locação de veículos leves /pesados. A capacidade de atendimento do mercado fornecedor restou comprovada, conforme dados consolidados abaixo:

Órgão - UASG	Pregão	Quantidade de Concorrentes	Maior Valor de um Fornecedor
AGU - 110097	11/2022	4	R\$ 1.420.800,00
Anatel PR - 413004	01/2022	5	R\$ 1.581.704,00
Exército PR e SC 160192	26/2021	3	R\$ 2.956.149,72
INSS SRNCE 510678	01/2022	9	R\$ 1.330.868,04

6.8. Nas últimas três licitações da SRSUL para o serviço de locação de veículos (PE 25/2022, PE 29 /2021 e PE 39/2022) houve a participação de apenas dois fornecedores. Para entender o motivo de tão baixo interesse, foram consultados os Gestores dos atuais contratos em execução e eles identificaram as principais demandas. Com base nessas informações a equipe de planejamento compreendeu alguns pontos que poderiam tornar a licitação mais atrativa para os fornecedores, a saber:

- Aumentar o prazo para início da execução dos serviços.
- Retirar a exclusividade do furgão e solicitar os serviços desse veículo por demanda, pois seu custo de aquisição é muito elevado.
- Retirar a exigência de seguro contra o casco do veículo, ou deixar essa exigência apenas para os veículos que serão guiados pelos servidores do INSS, pois os veículos são de responsabilidade da contratada. Exigir apenas seguro contra terceiros.
- Nos serviços por demanda, fixar uma quilometragem mínima para a empresa receber mensalmente, para garantir seus custos fixos e com isso diminuir as incertezas da contratação.
- Reduzir os requisitos de qualificação financeira, para evitar restrição da competitividade.
- Dividir os estados grandes em mais grupos para ampliar a competitividade.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. Considerando as informações da pesquisa feita com os possíveis fornecedores e o resultado do levantamento de mercado realizado junto ao Comprasnet, a equipe de planejamento decidiu realizar as seguintes modificações para a presente contratação:

7.1.1. Permitir a participação de empresas tributadas pelo Simples Nacional, seguindo o entendimento do TCU no Acórdão 1778/2022.

7.1.2. Definir a quantidade de quilômetros limite da contratação tomando por base o histórico real de utilização do último contrato vigente, de forma a tornar mais próxima da realidade a expectativa de faturamento.

7.1.3. Divisão da licitação em 4 grupos, visando à ampliação da competitividade, obtenção de ganho de escala e economia processual. A gestão do Contrato será centralizada na Superintendência Regional Sul, por ser ela a unidade gestora. É mais vantajoso para a Administração ter quatro contratos centralizados para o mesmo serviço, do que ter 12 (doze) contratos individuais, pois dessa forma evita-se custos administrativos e operacionais. O quadro abaixo demonstra a divisão dos grupos:

Grupo	Unidades	Estado
1	GEX Cascavel, GEX Londrina e GEX Maringá	PR
2	GEX Curitiba e GEX Ponta Grossa	PR
3	GEX Caxias do Sul, Pelotas e Porto Alegre	RS
4	GEX Ijuí, Passo Fundo, Santa Maria e Uruguaiana	RS

7.1.4. Aumentar o prazo para início da execução dos serviços para 15 dias corridos a partir da assinatura do contrato.

7.1.5. Solicitar os serviços do furgão por demanda, pois seu custo de aquisição é muito elevado para os possíveis fornecedores. Também foi alterada a exigência da data de fabricação: serão aceitos veículos a partir de 2017.

7.1.6 Não foi fixada uma quilometragem mínima a ser paga por mês nos serviços por demanda, pois a pesquisa de preços foi refeita e os novos valores estão condizentes com a realidade praticada no mercado.

7.1.7. Reduzir os requisitos de qualificação financeira, para evitar restrição da competitividade.

7.1.8. Com relação à exigência de seguro total ou somente contra terceiros, optou-se por manter a exigência de seguro total para todos os veículos, para se evitar problemas de possível responsabilização deste Instituto no caso de acidentes, colisão, incêndio, furto, roubo e danos a terceiros.

7.2. Convém salientar que a(s) contratada(s) irá(ão) fornecer o combustível e demais insumos necessários (lubrificantes, pneus, etc), bem como será(ão) responsável(is) pelas lavagens e manutenções preventivas e corretivas.

7.3. O detalhamento das características dos veículos a serem disponibilizados constarão do Termo de Referência e serão precisa e minuciosamente descritos, em obediência ao que disciplina o artigo 4º, parágrafo único do Decreto nº 3.555/00, que assim disciplina: *“As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação”*.

7.3.1. As especificações serão feitas com base no Decreto nº 9.287, de 15/02/2018, Memorando-Circular Conjunto nº 6/CGRLOG/DIROFL/INSS, de 15/03/2018 e Memorando-Circular Conjunto nº 9 /CGRLOG/DIROFL/INSS, de 25/04/2018, que apesar de revogados, serviram de norteadores para as contratações anteriores do INSS e se mostraram suficientes para a necessidade do serviço.

7.4. Endereço das Gerências Executivas onde os serviços serão prestados:

ESTADO	GERÊNCIA EXECUTIVA	ENDEREÇO
PR	CASCADEL	Rua General Osório, 3423, Centro

PR	CURITIBA	Rua João Negrão, 11/21, Centro
PR	MARINGÁ	Av. XV de Novembro, 491
PR	LONDRINA	Av. Duque de Caxias, 1135
PR	PONTA GROSSA	Rua Marques do Paraná, 799
RS	CAXIAS DO SUL	Rua Visconde de Pelotas, 2280
RS	IJUÍ	Rua 20 de Setembro, 275, Centro
RS	PASSO FUNDO	Rua General Osório, 1244
RS	PELOTAS	Rua Almirante Barroso, 1883, Centro
RS	PORTO ALEGRE	Rua Jerônimo Coelho, 127
RS	SANTA MARIA	Rua Venâncio Aires, 2114, Centro
RS	URUGUAIANA	Rua Tiradentes, 2781, Centro

7.5. Os serviços serão executados da seguinte forma:

a) Os itinerários serão definidos pelo INSS de acordo com a necessidade dos serviços.

b) Os serviços serão prestados dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com observância das recomendações aceitas pela melhor técnica e das normas e legislação, para atender às solicitações do INSS, nos seguintes termos:

c) Para a prestação dos serviços, a contratada deverá solicitar sempre a Guia de Movimentação e Autorização de Viatura, devidamente preenchida pelo requisitante e devidamente assinada pelo servidor ou autoridade credenciada;

c1) No verso da Guia de Movimentação e Autorização de Viatura deverá o condutor, sob sua responsabilidade, anotar a quilometragem inicial e final de deslocamento, com a assinatura do usuário.

c2) Aguardar o retorno do usuário, em local de fácil acesso ou combinado, ou retornar para apanhá-lo, em local e horário pré-definidos se essa for a exigência do mesmo.

7.6. Os serviços contratados estarão à disposição do INSS em período ininterrupto para os veículos sem motorista e no horário compreendido entre 07:00 e 19:00 horas, de forma escalonada, para os veículos com motorista. Os profissionais terão jornada diária de 08:00 (oito) horas, de segunda a sexta-feira ou de 08:48 (oito horas e quarenta e oito minutos), conforme CCT.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. Os quantitativos destinados a suprir a presente demanda foram estimados de acordo com o histórico de utilização de cada GEX, no período de maio a dezembro de 2022, levantado dos seguintes processos:

- 35183.001894/2016-12 – GEX Curitiba,
- 35274.000351/2016-51 – GEX Passo Fundo,
- 35198.000019/2017-27 – GEX Ponta Grossa,
- 35187.000629/2018-31 – GEX Cascavel e
- 35014.158956/2022-49 – GEXs Londrina, Maringá, Porto Alegre, Caxias do Sul, Ijuí, Pelotas, Santa Maria e Uruguaiana.

Esse histórico encontra-se no Anexo I do presente Estudo. Também foi utilizada para estimar os quantitativos a planilha de informações e quantidades do Pregão Eletrônico 39/2022, que constitui o Anexo II deste Estudo.

8.2. Com base nesses documentos, obteve-se os seguintes quantitativos MENSAIS para os veículos sedan:

Gerência Executiva	Motorista	Veículo	Limite km/mês (por veículo)	Alimentação Motorista (demanda /mês)	Pernoite Motorista (demanda/mês)	Hora Extra Motorista (demanda /mês)
Cascavel	2	2	2.000	20	10	40
Londrina	1	2	1.000	10	5	20
Maringá	1	2	1.500	10	5	20
Curitiba	2	2	1.500	20	10	40
Ponta Grossa	1	1	3.000	10	5	20
Caxias do Sul	1	1	1.000	10	5	20
Pelotas	1	1	2.000	10	5	20
Porto Alegre	2	2	1.500	20	10	40
Ijuí	0	1	1.500	0	0	0
Passo Fundo	1	1	2.500	10	5	20
Santa Maria	2	2	3.000	20	10	40
Uruguaiana	1	1	2.000	10	5	20

8.2.1. Quanto aos pedágios, poderão ser utilizados por mês até 22 unidades por veículo.

8.3. A fim de otimizar os custos e a produtividade, optou-se pela contratação dos serviços dos veículos do tipo furgão, por demanda. Para viabilizar tal forma de contrato, foram estipuladas as quantidades máximas de utilização por GEX, conforme abaixo:

Gerência Executiva	Diárias por mês (veículo + motorista)	Limite km/mês	Alimentação Motorista (demanda /mês)	Pernoite Motorista (demanda/mês)	Hora Extra Motorista (demanda /mês)
Cascavel	2	1.400	2	2	4
Londrina	2	1.400	2	2	4
Maringá	2	1.400	2	2	4
Curitiba	2	1.400	2	2	4
Ponta Grossa	2	1.400	2	2	4
Caxias do Sul	2	1.400	2	2	4
Pelotas	2	1.400	2	2	4
Porto Alegre	2	1.400	2	2	4
Ijuí	2	1.400	2	2	4
Passo Fundo	2	1.400	2	2	4
Santa Maria	2	1.400	2	2	4
Uruguaiana	2	1.400	2	2	4

8.3.1. Quanto aos pedágios, poderão ser utilizados até 2 unidades por diária.

8.4. A licitação será dividida da seguinte forma:

Grupo 1 = GEXs Cascavel, Londrina e Maringá.

CÓDIGO			

ITEM	SIASG	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	4014	Veículo Sedan, SEM MOTORISTA, a ser disponibilizado nas GEX Londrina e Maringá/PR	UN	2
2	25089	Veículo Sedan, COM MOTORISTA, a ser disponibilizado nas GEX Cascavel, Londrina e Maringá.	UN	4
3	25089	Veículo Furgão, COM MOTORISTA, a ser disponibilizado nas GEX Cascavel, Londrina e Maringá, por DIÁRIA, CONFORME DEMANDA.	DIÁRIA	6
4	25089	Custos variáveis, por demanda, relacionados ao motorista (alimentação, pernoites, horas extras, pedágio).	UN	1
5	25089	Demais custos variáveis relacionados ao veículo (combustível, manutenção, pneus, lubrificantes, etc) por km rodado Sedan.	KM	9.000
6	25089	Demais custos variáveis relacionados ao veículo (combustível, manutenção, pneus, lubrificantes, etc) por km rodado Furgão	KM	4.200

Grupo 2 = GEXs Curitiba e Ponta Grossa.

ITEM	CÓDIGO SIASG	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
7	25089	Veículo Sedan, COM MOTORISTA, a ser disponibilizado nas GEX Curitiba e Ponta Grossa.	UN	3
8	25089	Veículo Furgão, COM MOTORISTA, a ser disponibilizado nas GEX Curitiba e Ponta Grossa, por DIÁRIA, CONFORME DEMANDA.	DIÁRIA	4
9	25089	Custos variáveis, por demanda, relacionados ao motorista (alimentação, pernoites, horas extras, pedágio).	UN	1
10	25089	Demais custos variáveis relacionados ao veículo (combustível, manutenção, pneus, lubrificantes, etc) por km rodado Sedan.	KM	6.000
11	25089	Demais custos variáveis relacionados ao veículo (combustível, manutenção, pneus, lubrificantes, etc) por km rodado Furgão	KM	2.800

Grupo 3 = GEXs Caxias do Sul, Pelotas e Porto Alegre.

ITEM	CÓDIGO SIASG	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
12	25089	Veículo Sedan, COM MOTORISTA, a ser disponibilizado nas GEX Caxias do Sul, Pelotas e Porto Alegre.	UN	4
13	25089	Veículo Furgão, COM MOTORISTA, a ser disponibilizado nas GEX Caxias do Sul, Pelotas e Porto Alegre, por DIÁRIA, CONFORME DEMANDA.	DIÁRIA	6
14	25089	Custos variáveis, por demanda, relacionados ao motorista (alimentação, pernoites, horas extras, pedágio).	UN	1
15	25089	Demais custos variáveis relacionados ao veículo (combustível, manutenção, pneus, lubrificantes, etc) por km rodado Sedan.	KM	6.000
16	25089	Demais custos variáveis relacionados ao veículo (combustível, manutenção, pneus, lubrificantes, etc) por km rodado Furgão	KM	4.200

Grupo 4 = GEXs Ijuí, Passo Fundo, Santa Maria e Uruguaiana.

ITEM	CÓDIGO SIASG	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
17	4014	Veículo Sedan, SEM MOTORISTA, a ser disponibilizado na GEX Ijuí.	UN	1
18	25089	Veículo Sedan, COM MOTORISTA, a ser disponibilizado nas GEX Passo Fundo, Santa Maria e Uruguaiana.	UN	4

19	25089	Veículo Furgão, COM MOTORISTA, a ser disponibilizado nas GEXs Ijuí, Passo Fundo, Santa Maria e Uruguaiana, por DIÁRIA, CONFORME DEMANDA.	DIÁRIA	8
20	25089	Custos variáveis, por demanda, relacionados ao motorista (alimentação, pernoites, horas extras, pedágio).	UN	1
21	25089	Demais custos variáveis relacionados ao veículo (combustível, manutenção, pneus, lubrificantes, etc) por km rodado Sedan.	KM	12.000
22	25089	Demais custos variáveis relacionados ao veículo (combustível, manutenção, pneus, lubrificantes, etc) por km rodado Furgão	KM	5.600

8.4.1. As diárias poderão ser remanejadas de uma GEX para a outra, dentro do mesmo grupo.

8.5. Os quantitativos limites, valores e demais definições constarão na Planilha Estimativa de Custos, a ser anexada ao Edital.

9. Estimativa do Valor da Contratação

9.1. O valor estimado para a presente contratação será apurado através de planilhas de custos e formação de preços, para os itens com cessão de mão de obra. Para os demais itens será feita uma ampla pesquisa de mercado conforme as normas da IN SEGES nº 73/2020.

9.1.1. A planilha seguirá o alinhamento do INSS disseminado através dos últimos treinamentos ofertados.

9.1.2. A elaboração das planilhas também seguirá as Convenções Coletivas atualizadas da categoria profissional de motorista.

9.2. Os valores máximos a serem aceitos pela Administração estarão disponíveis na Planilha Estimativa de Custos e no Termo de Referência, que serão anexos do Edital de Licitação.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. A futura contratação não poderá ser parcelada por unidade de serviço, tendo em vista que tal situação acarretaria possivelmente itens desertos/fracassados da licitação.

10.2. Optou-se por considerar, para fins de licitação, quatro grupos, tendo em vista que a divisão em itens individuais não se mostraria viável técnica e economicamente, à luz das regras contidas na jurisprudência do TCU (Súmula 247), visto tratar-se de serviço de pequeno vulto, na maioria das Gerências apenas um veículo com um motorista. O parcelamento levaria a uma multiplicidade de pequenos contratos pouco atrativos para os licitantes.

10.3. Ademais, a eventual divisão do procedimento licitatório para cada tipo de posto, ou ainda, a divisão entre o fornecimento dos serviços (mão de obra) e dos materiais causaria inviabilidade técnica e econômica com prejuízo ao conjunto e perda de economia de escala.

10.3.1. Tais procedimentos afetariam o ganho de escala, trariam conflitos de responsabilidade e tornariam a fiscalização mais onerosa para o INSS, dificultando, inclusive, a gestão dos diversos contratos em face de seu reduzido quadro de servidores.

10.4. Esclarecemos, ainda, que os materiais incluídos nesta contratação estão intrinsecamente ligados com a execução dos serviços de transporte. Na hipótese da retirada dos materiais, não

haveria como avaliar o desempenho da empresa contratada, porquanto o resultado das suas atividades dependeria em grande parte da Administração, a quem caberia fornecer regularmente os insumos indispensáveis à prestação dos serviços.

10.4.1. Considerando que a Administração Pública não possui a mesma flexibilidade e presteza que a iniciativa privada na contratação imediata de materiais e serviços em face das exigências legais a que está submetida, a prestação dos serviços restaria prejudicada sempre que houvesse a falta de alguns desses itens.

10.5. Eventual divisão do procedimento licitatório para a contratação de serviços com características de gestão de pessoal sem maiores especificações técnicas já foi objeto de decisão do TCU, em que o mesmo desaconselha o parcelamento de serviços não especializados, como pode ser observado nos seguintes acórdãos:

Acórdão nº 10.049/2018 - 2º Câmara, seguindo a mesma linha do Acórdão nº 1.214 /2013 - Plenário: *"O parcelamento do objeto deve ser adotado apenas na contratação de serviços de maior especificação técnica, uma vez que, como regra, ele não propicia ampliação de competitividade na contratação de serviços de menor especialização"*.

10.6. Afora os aspectos técnicos, fica sopesada a dificuldade na execução da contratação de forma parcelada. Não raro encontramos exemplos de contratações de soluções únicas, contratadas separadamente, que acabam redundadas no fracasso, posto que possíveis falhas em qualquer dos itens ensejam dificuldades intransponíveis para correções ou apuração de responsabilidade. Estes fundamentos convergem para reforçar a conclusão de que a divisão do objeto em parcelas não se comprova técnica e economicamente viável.

10.7. Ainda, observando-se as licitações anteriores para contratação de locação de veículos, com e sem motorista, para a SR Sul que foram realizadas de forma parcelada, os resultados foram os seguintes:

- Pregão 03/2016 - Paraná: 85% do resultado foi adjudicado para um fornecedor.
- Pregão 04/2016 - Rio Grande do Sul: 77% do resultado foi adjudicado para um fornecedor.
- Pregão 05/2016 - Santa Catarina: 67% do resultado foi adjudicado para um fornecedor.

10.7.1. Conforme demonstrado acima, apesar de não ter havido o agrupamento proposital nas licitações mencionadas, o próprio mercado se regulou e centralizou as contratações. Isso se deu porque participando de uma licitação realizada por itens o fornecedor não é capaz de diluir os custos operacionais sobre todos os serviços prestados, porque não tem a ideia exata da contratação durante o certame, e ainda não sabe em quais itens se tornará vencedor. Constatou-se que no passado o INSS operou com contratação centralizada à revelia de seu planejamento.

10.8. Assim, pelos motivos expostos, entendemos que a prestação dos serviços de locação de veículos em quatro grupos, com a inclusão de todos os materiais de consumo e equipamentos necessários à execução adequada dos serviços, é a que melhor atende aos interesses da Administração e também a que se apresenta mais vantajosa dos pontos de vista econômico e administrativo.

10.9. O que se busca na nova contratação é a definição de regras claras, de forma a permitir aos fornecedores a correta mensuração dos serviços a serem realizados, bem como a possibilidade de diluição dos custos operacionais sobre a contratação como um todo.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes à presente contratação.

11.2. A Superintendência Regional Sul possui dois veículos próprios, que possuem contratos específicos para atendimento das suas necessidades, que são os seguintes:

- Processo 35014.438255/2022-91 - contratação de serviço de abastecimento para veículos oficiais.
- Processo 35014.462546/2022-08 - contratação de serviço de manutenção para veículos oficiais.
- Processo 35014.440868/2022-98 - contratação de seguro total para os veículos oficiais.

11.2.1. Porém as contratações citadas acima não possuem nenhuma relação com a contratação de locação de veículos proposta neste Estudo.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. O presente ETP considera o que dispõe a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo normas de licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências; a Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2002, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal; o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal; o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e na Portaria MPDG nº 443, de 27 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta por entes federais.

12.2. A solução escolhida atende plenamente os requisitos de negócio estabelecidos no presente estudo, com a vantagem de permitir melhor adequação dos serviços às efetivas necessidades da SR SUL, por meio de melhorias no modelo de execução e gestão.

12.3. Os requisitos técnicos estabelecidos para a pretensa contratação estão de acordo com a necessidade do INSS, e incluem ferramentas de controle adequadas à gestão e fiscalização apropriada do objeto.

12.4. Embora a contratação de locação de veículos esteja temporariamente suspensa por medidas de racionalização do gasto público (Portaria 179/ME de 22/04/2019), a presente contratação será solicitada, excepcionalmente à Autoridade máxima do INSS, conforme previsão existente no parágrafo 2º do Artigo 2º da Portaria 5168/ME de 14/05/2021, tendo em vista a importância dos serviços para o funcionamento das Unidades, pois propiciará o transporte de servidores para realização de diversos tipos de serviços, tais como: transporte de assistentes sociais para atendimento domiciliar ou em outras unidades, transporte de engenheiros para projetos e fiscalização de obras/contratos, transportes de servidores por necessidade de serviço, atendimento emergencial às unidades e ainda transporte de materiais e EPIs entre as diversas unidades jurisdicionadas à Superintendência Regional Sul.

12.5. A pretensa contratação se mostra consonante com o Planejamento Estratégico do INSS, cujas ações constantes do seu Mapa Estratégico para o quadriênio 2020 – 2023, aprovado pela RESOLUÇÃO Nº 2/CEGOV/INSS, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019, prevê ações de ATUALIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, com a Modernização da Rede de Atendimento e como objetivos estratégicos a ampliação dos serviços atendidos pelo INSS e a implementação de melhorias no atendimento ao público.

12.6. Por fim, a presente contratação está contemplada no Plano Anual de Contratações da entidade, em atendimento à Instrução Normativa nº 01/2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, conforme Consulta PAC 2023 (SEI 10373872).

13. Resultados Pretendidos

13.1. Redução de custos de contratação, treinamento e administração de mão de obra.

13.1.1. A prestação dos serviços de forma terceirizada gera uma economia nos recursos empregados para a obtenção do serviço, assim como a terceirização da mão de obra gera um custo menor do que a contratação de servidores para tal, os quais possuiriam remuneração muito superior aos da iniciativa privada.

13.2. Redução de custos com aquisição e manutenção de veículos, que possui custos administrativos mais altos do que os custos com a terceirização dos serviços e redução da quantidade de contratos.

13.2.1. Quando o INSS possui veículos próprios deve contratar todos os serviços correlatos ao bom funcionamento da frota, que são: manutenção corretiva e preventiva, aquisição de combustíveis, seguro veicular, lavagem externa e interna e taxas de licenciamento.

13.3. Mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados da contratação, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados, reduzindo os desperdícios e consequentemente reduzindo a poluição do ar atmosférico.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Para a pretensa contratação não haverá necessidade de adequação do ambiente onde os serviços serão prestados, uma vez que o serviço a ser contratado não será executado no interior do Órgão, bem como os veículos a serem disponibilizados não terão de ser guardados no órgão, vez que o mesmo deve ser disponibilizado apenas no período diário constante no contrato.

14.2. Para acompanhamento da execução do objeto contratual, o INSS nomeará servidores para atuarem nas funções de Gestor, Fiscal Técnico, Administrativo e fiscais setoriais, conforme atribuições relacionadas na IN/SEGES/MP nº 05/2017.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Considerando os efeitos adversos ao meio ambiente, causados pelo setor industrial, as escolhas dos materiais e da gestão na produção podem melhorar o nível de sustentabilidade no momento da contratação de empresas de serviços de locação de veículos.

15.2. A contratação dos serviços de locação de veículos deve prever, nas especificações técnicas ou obrigações da contratada, mecanismos de implementação da sustentabilidade que estipulem e favoreçam, por exemplo, o uso de produtos e processos com menor impacto ambiental, evitando produtos alergênicos e irritantes ao consumidor, utilização de produtos materiais, equipamentos que causem menor incômodo e sejam mais eficientes, entre outros.

15.3. Recomenda-se que seja exigido da contratada a implementação de ações que reduzam a exposição a partículas químicas e biológicas potencialmente perigosas, que possam impactar negativamente a qualidade do ar, a saúde, os sistemas de edifícios e o meio ambiente, a exemplo da utilização de combustíveis menos agressivos ao meio ambiente.

15.4. Neste sentido, os critérios adotados de sustentabilidade socioambientais contidos na Instrução Normativa MPOG nº 01/2010 e no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis - 5ª Edição, de agosto de 2022, contemplam itens específicos para os serviços a serem contratados, tais como

lubrificantes, pneus, veículos. Desta forma serão inseridos no Edital e seus anexos as regulamentações pertinentes.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. Considerando as informações do presente Estudo, a futura contratação é viável, visto que a solução adotada será capaz de produzir os resultados esperados para atender às necessidades das unidades vinculadas à SRSUL por um preço justo e de acordo com as normas vigentes.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: 10395985

ANA CANDIDA GONZALEZ PLACIDI ROBERTI

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 03/03/2023 às 10:00:15.

Despacho: 10395985

ALESSANDRA MUSSI DA SILVA

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 03/03/2023 às 10:28:50.

Despacho: 10395985

JULIANA DA SILVA

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 03/03/2023 às 10:12:35.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Histórico de Consumo PR e RS.pdf (41.08 KB)
- Anexo II - Planilha Quantidades PE 39.2022.pdf (81.59 KB)

Anexo I - Histórico de Consumo PR e RS.pdf

**HISTÓRICO DE UTILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS POR DEMANDA
DE MAIO A DEZEMBRO DE 2022 (8 MESES)**

Mês	Local	Km	Diárias	Pernoite	Doc. SEI
06/2022	Furgão Cascavel	749	2	1	7864724
08/2022	Furgão Cascavel	14	1	-	9290774
11/2022	Furgão Cascavel	746	1	-	9705446
12/2022	Furgão Cascavel	979	2	0	10086981
-	MEDIA	622	2	1	-
06/2022	Furgão Passo Fundo	1.600	3	3	7899007
05/2022	Furgão Ponta Grossa	376	2	1	7671639
06/2022	Furgão Ponta Grossa	2.407	9	5	8007843
07/2022	Furgão Ponta Grossa	1.872	5	-	8366271
08/2022	Furgão Ponta Grossa	1.872	5	-	8869817
09/2022	Furgão Ponta Grossa	1.120	7	4	9203735
10/2022	Furgão Ponta Grossa	996	4	-	9203735
-	MEDIA	1.441	5	3	-
05/2022	Furgão Porto Alegre	66	1	-	8181923
06/2022	Furgão Porto Alegre	69	1	-	8581855
07/2022	Furgão Porto Alegre	1.084	2	1	8761910
08/2022	Furgão Porto Alegre	204	-	-	9290886
11/2022	Furgão Porto Alegre	249	4	-	9963797
-	MEDIA	334	2	1	-
08/2022	Furgão Santa Maria	302	-	-	9290886

HISTÓRICO DE UTILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS LOCADOS DE MAIO A DEZEMBRO DE 2022 (8 MESES)

Processo 35183.001894/2016-12 – Curitiba

Processo 35274.000351/2016-51 – Passo Fundo

Processo 35198.000019/2017-27 – Ponta Grossa

Processo 35187.000629/2018-31 – Cascavel

Processo 35014.158956/2022-49 – Londrina, Maringá, Porto Alegre, Caxias do Sul, Ijuí, Pelotas, Santa Maria e Uruguai

Mês	Gerência Executiva	Km	Refeição	Pernoite	Hora Extra	Ad. noturno	Doc. SEI
05/2022	Cascavel 1	1.827	12	-	-	-	7531393
06/2022	Cascavel 1	1.739	9	1	-	-	7864724
07/2022	Cascavel 1	1.597	9	1	-	-	8234714
08/2022	Cascavel 1	418	2	-	-	-	8618175
09/2022	Cascavel 1	1.364	-	-	-	-	8618175
10/2022	Cascavel 1	2.821	-	-	-	-	9397101
11/2022	Cascavel 1	1.130	-	-	-	-	9705446
12/2022	Cascavel 1	1.608	-	-	-	-	10086981
	MÉDIA	1.563	8	1	-	-	-
05/2022	Cascavel 2	1.976	-	-	-	-	7531393
06/2022	Cascavel 2	2.115	-	-	-	-	7864724
07/2022	Cascavel 2	2.528	-	-	-	-	8234714
08/2022	Cascavel 2	467	-	-	-	-	8618175
09/2022	Cascavel 2	1.166	-	-	-	-	8618175
10/2022	Cascavel 2	2.416	-	-	-	-	9397101
11/2022	Cascavel 2	459	-	-	-	-	9705446
12/2022	Cascavel 2	3.439	-	-	-	-	10086981
	MÉDIA	1.821	-	-	-	-	-
05/2022	Caxias do Sul	442	2	-	01:22:00	-	8181889
06/2022	Caxias do Sul	508	1	-	-	-	8580392
07/2022	Caxias do Sul	946	-	-	01:05:00	-	8771858
08/2022	Caxias do Sul	875	-	-	-	-	9327722
09/2022	Caxias do Sul	833	-	-	-	-	9500111
10/2022	Caxias do Sul	1.243	-	-	-	-	9683244
11/2022	Caxias do Sul	742	-	-	-	-	9963701
12/2022	Caxias do Sul	1.334	-	-	-	-	9994526
	MÉDIA	865	2	-	01:13:30	-	-
05/2022	Curitiba 1	1.393	-	-	-	-	7621845
06/2022	Curitiba 1	-	-	-	-	-	-
	MÉDIA	1.393	-	-	-	-	-
05/2022	Curitiba 2	323	-	-	-	-	7621845
06/2022	Curitiba 2	-	-	-	-	-	-
	MÉDIA	323	-	-	-	-	-
05/2022	Ijuí	1.021	3	-	03:00:00	-	8181889
06/2022	Ijuí	97	1	-	-	-	8580392
07/2022	Ijuí	1.026	1	-	-	-	8771858
08/2022	Ijuí	1.807	6	1	03:00:00	-	9327722
09/2022	Ijuí	197	2	-	-	-	9500111
10/2022	Ijuí	2.211	9	-	-	-	9683244
11/2022	Ijuí	2.438	7	-	-	-	9963701
12/2022	Ijuí	2.483	-	-	-	-	9994526
	MÉDIA	1.410	4	1	03:00:00	-	-
05/2022	Londrina sem moto 1	2.232	-	-	-	-	8181871
06/2022	Londrina sem moto 1	1.208	-	-	-	-	8596684
07/2022	Londrina sem moto 1	1.133	-	-	-	-	8771852
08/2022	Londrina sem moto 1	1.101	-	-	-	-	9290774
09/2022	Londrina sem moto 1	213	-	-	-	-	9449596
10/2022	Londrina sem moto 1	726	-	-	-	-	9683165
11/2022	Londrina sem moto 1	1617	-	-	-	-	9963684
12/2022	Londrina sem moto 1	138	-	-	-	-	9994436
	MÉDIA	1.046	-	-	-	-	-

Mês	Gerência Executiva	Km	Refeição	Pernoite	Hora Extra	Ad. noturno	Doc. SEI
05/2022	Londrina sem moto 2	-	-	-	-	-	-
06/2022	Londrina sem moto 2	1.153	-	-	-	-	8596684
07/2022	Londrina sem moto 2	367	-	-	-	-	8771852
08/2022	Londrina sem moto 2	243	-	-	-	-	9290774
09/2022	Londrina sem moto 2	1528	-	-	-	-	9449596
10/2022	Londrina sem moto 2	1297	-	-	-	-	9683165
11/2022	Londrina sem moto 2	342	-	-	-	-	9963684
12/2022	Londrina sem moto 2	760	-	-	-	-	9994436
	MÉDIA	813	-	-	-	-	-
05/2022	Maringá	2.170	5	-	-	-	8181871
06/2022	Maringá	664	-	-	00:45:00	-	8596684
07/2022	Maringá	2.142	6	-	-	-	8771852
08/2022	Maringá	4.158	11	-	-	-	9290774
09/2022	Maringá	3935	11	-	-	-	9449596
10/2022	Maringá	2634	6	3	-	-	9683165
11/2022	Maringá	1003	3	-	-	-	9963684
12/2022	Maringá	1234	-	-	-	-	9994436
	MÉDIA	2.243	7	3	00:45:00	-	-
05/2022	Passo Fundo 1	918	6	1	00:53:00	-	7630387
06/2022	Passo Fundo 1	602	-	-	03:00:00	-	7899007
	MÉDIA	760	6	1	01:56:30	-	-
05/2022	Passo Fundo 2	2.310		1	00:13:00	-	7630387
06/2022	Passo Fundo 2	900	-	-	02:00:00	-	7899007
	MÉDIA	1.605	-	1	01:06:30	-	-
05/2022	Pelotas	1.942	-	3	03:55:00	-	8181889
06/2022	Pelotas	3.106	1	1	01:40:00	-	8580392
07/2022	Pelotas	1.620	4	-	03:40:00	-	8771858
08/2022	Pelotas	2.726	10	1	20:45:00	-	9327722
09/2022	Pelotas	705	8	6	-	-	9500111
10/2022	Pelotas	1.436	5	1	03:00:00	-	9683244
11/2022	Pelotas	2.879	8	1	19:25:00	-	9963701
12/2022	Pelotas	929	-	-	-	-	9994526
	MÉDIA	1.918	6	2	08:44:10	-	-
06/2022	Ponta Grossa	2.297	-	-	-	-	8007843
07/2022	Ponta Grossa	302	-	-	-	-	8366271
08/2022	Ponta Grossa	2.825	8	1	-	-	8869817
09/2022	Ponta Grossa	537	-	-	-	-	9203735
10/2022	Ponta Grossa	2.465	-	1	-	-	9203735
11/2022	Ponta Grossa	1.950	-	-	-	-	9781082
12/2022	Ponta Grossa	569	-	-	-	-	10004566
05/2022	Ponta Grossa	1.268	1	1	-	-	7671639
	MÉDIA	1.527	5	1	-	-	-
05/2022	Ponta Grossa sem moto.	1.448	6	2	-	-	7671639
06/2022	Ponta Grossa sem moto.	696	-	-	-	-	8007843
07/2022	Ponta Grossa sem moto.	1.902	-	-	-	-	8366271
08/2022	Ponta Grossa sem moto.	-	-	-	-	-	8869817
09/2022	Ponta Grossa sem moto.	1.197	-	-	-	-	9203735
10/2022	Ponta Grossa sem moto.	2.267	-	3	-	-	9203735
11/2022	Ponta Grossa sem moto.	1.113	-	-	-	-	9781082
12/2022	Ponta Grossa sem moto.	1.223	-	3	-	-	10004566
	MÉDIA	1.407	6	3	-	-	-
05/2022	Porto Alegre 1	1.802	2	2	20:44:00	04:20:00	8181889
06/2022	Porto Alegre 1	2.324	2	1	01:30:00	-	8580392
07/2022	Porto Alegre 1	1.901	-	-	03:35:00	-	8771858
08/2022	Porto Alegre 1	566	-	-	-	-	9327722
09/2022	Porto Alegre 1	1.111	2	1	-	-	9500111
10/2022	Porto Alegre 1	1.310	3	1	-	-	9683244
11/2022	Porto Alegre 1	564	-	-	-	-	9963701
12/2022	Porto Alegre 1	242	-	-	-	-	9994526
	MÉDIA	1.228	2	1	08:36:20	04:20:00	-

Mês	Gerência Executiva	Km	Refeição	Pernoite	Hora Extra	Ad. noturno	Doc. SEI
05/2022	Porto Alegre 2	1.981	-	6	11:10:00	04:10:00	8181889
06/2022	Porto Alegre 2	409	1	-	02:30:00	-	8580392
07/2022	Porto Alegre 2	2.477	3	3	15:10:00	-	8771858
08/2022	Porto Alegre 2	2.036	4	2	-	-	9327722
09/2022	Porto Alegre 2	848	1	-	-	-	9500111
10/2022	Porto Alegre 2	2.750	2	5	04:00:00	-	9683244
11/2022	Porto Alegre 2	936	1	-	-	-	9963701
12/2022	Porto Alegre 2	493	-	-	-	-	9994526
	MÉDIA	1.491	2	4	08:12:30	04:10:00	-
05/2022	Santa Maria 1	1.441	2	5	11:28:00	-	8181889
06/2022	Santa Maria 1	3.475	10	-	10:16:00	-	8580392
07/2022	Santa Maria 1	2.727	8	-	04:04:00	01:00:00	8771858
08/2022	Santa Maria 1	3.536	12	-	12:11:00	-	9327722
09/2022	Santa Maria 1	2.269	9	-	00:44:00	-	9500111
10/2022	Santa Maria 1	1.184	3	-	01:50:00	-	9683244
11/2022	Santa Maria 1	4.376	15	1	02:53:00	-	9963701
12/2022	Santa Maria 1	1.674	-	-	-	-	9994526
	MÉDIA	2.585	8	3	06:12:17	01:00:00	-
05/2022	Santa Maria 2	1.727	4	-	11:58:00	-	8181889
06/2022	Santa Maria 2	3.004	7	-	18:40:00	03:00:00	8580392
07/2022	Santa Maria 2	3.668	10	-	10:39:00	-	8771858
08/2022	Santa Maria 2	2.536	9	-	13:15:00	-	9327722
09/2022	Santa Maria 2	2.367	8	-	05:30:00	-	9500111
10/2022	Santa Maria 2	1.803	5	-	02:35:00	-	9683244
11/2022	Santa Maria 2	3.853	15	-	06:28:00	-	9963701
12/2022	Santa Maria 2	1.269	-	-	-	-	9994526
	MÉDIA	2.528	8	-	09:52:08	03:00:00	-
05/2022	Uruguaiana	1.942	-	-	-	-	8181889
06/2022	Uruguaiana	2.905	5	-	-	-	8580392
07/2022	Uruguaiana	3.522	3	2	-	-	8771858
08/2022	Uruguaiana	1.659	5	1	-	-	9327722
09/2022	Uruguaiana	705	2	-	-	-	9500111
10/2022	Uruguaiana	1.436	3	-	02:31:00	-	9683244
11/2022	Uruguaiana	2.879	8	3	19:13:00	-	9963701
12/2022	Uruguaiana	929	-	-	-	-	9994526
	MÉDIA	1.997	4	2	10:52:00	-	-

Anexo II - Planilha Quantidades PE 39.2022.pdf

ANEXO IV – PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS

Planilha Estimativa de Custos

Serviço Continuado de Locação de Veículo com e sem Motorista

PLANILHA DE INFORMAÇÕES E QUANTIDADES

UNIDADE				Postos		Veículos				Valores Variáveis				
#	Unidade	Endereço	ISS	Motorista Sedan	Motorista Furgão	Qtde Veículo Passeio (Sedan)	Limite km/mês (por veículo Sedan)	Qtde Veículo Furgão	Limite km/mês (por veículo furgão)	Alimentação Motorista (demanda – /mês)	Pernoite (por demanda – /mês)	Hora Extra SEDAN (por demanda –mês)	Hora Extra FURGÃO (por demanda – mês)	Pedágio (mês)
1	GERÊNCIA EXECUTIVA CASCAVEL	Rua General Osório, 3423, Centro	5,00%	2	0	2	2.000	0	0	20	10	40	0	60
2	GERÊNCIA EXECUTIVA CURITIBA	Rua João Negrão, 11/21, Centro	5,00%	2	1	2	1.500	1	5.000	30	20	40	20	90
3	GERÊNCIA EXECUTIVA MARINGÁ	Av. XV de Novembro, 491	3,00%	1	0	1	3.000	0	0	10	5	20	0	30
4	GERÊNCIA EXECUTIVA LONDRINA	Av. Duque de Caxias, 1135	5,00%	1	0	2	1.500	0	0	10	5	20	0	60
5	GERÊNCIA EXECUTIVA PONTA GROSSA	Rua Marques do Paraná, 799	5,00%	1	0	1	3.500	0	0	10	5	20	0	30
TOTAIS	PR - PARANÁ			7	1	8	16.500	1	5.000	80	45	140	20	270
6	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL FLORIANÓPOLIS	Praça Pereira Oliveira, 13, Centro	2,00%	2	1	2	4.000	1	5.000	30	20	40	20	90
7	GERÊNCIA EXECUTIVA CHAPECÓ	Rua Índio Condá, 600, Santa Maria	3,00%	1	0	1	3.000	0	0	10	5	20	0	30
8	GERÊNCIA EXECUTIVA CRICIÚMA	Rua São José, 170, Centro	5,00%	1	0	1	3.000	0	0	10	5	20	0	30
9	GERÊNCIA EXECUTIVA JOINVILLE	Rua Nove de Março, 241, Centro	3,00%	1	0	1	3.500	0	0	10	5	20	0	30
TOTAIS	SC - SANTA CATARINA			5	1	5	17.500	1	5.000	60	35	100	20	180
10	GERÊNCIA EXECUTIVA PORTO ALEGRE	Rua Jerônimo Coelho, 127	5,00%	2	1	2	2.000	1	5.000	30	20	40	20	90
11	GERÊNCIA EXECUTIVA CAXIAS DO SUL	Rua Visconde de Pelotas, 2280	2,00%	1	0	1	1.500	0	0	10	5	20	0	30
12	GERÊNCIA EXECUTIVA PELOTAS	Rua Almirante Barroso, 1883, Centro	3,50%	1	0	1	3.000	0	0	10	5	20	0	30
13	GERÊNCIA EXECUTIVA IJUÍ	Rua 20 de Setembro, 275, Centro	2,00%	0	0	1	1.500	0	0	0	0	0	0	30
14	GERÊNCIA EXECUTIVA URUGUAIANA	Rua Tiradentes, 2781, Centro	3,00%	1	0	1	3.000	0	0	10	5	20	0	30
15	GERÊNCIA EXECUTIVA SANTA MARIA	Rua Venâncio Aires, 2114, Centro	4,00%	2	0	2	3.000	0	0	20	10	40	0	60
16	GERÊNCIA EXECUTIVA PASSO FUNDO	Rua General Osório, 1244	2,00%	1	0	1	2.500	0	0	10	5	20	0	30
TOTAIS	RS - RIO GRANDE DO SUL			8	1	9	21.500	1	5.000	90	50	160	20	300

QTD / MÊS	Sedan	Furgão
Alimentação	10	10
Pernoite	5	10
Hora Extra	20	20
Pedágio	30	30